

# ESTUDO SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS EM TEMPOS DE COVID-19



**TRIBUNAL  
DE CONTAS**  
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS



Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

**PRESIDENTE**

Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto

**VICE-PRESIDENTE**

Conselheiro Daniel Augusto Goulart

**CORREGEDOR**

Conselheiro Francisco José Ramos

**OUVIDOR**

Conselheiro Valcenôr Braz de Queiroz

**CONSELHEIROS**

Nilo Sérgio de Resende Neto  
Sérgio Antônio Cardoso de Queiroz  
Fabrício Macedo Motta

**CONSELHEIROS-SUBSTITUTOS**

Irany de Carvalho Júnior  
Maurício Oliveira Azevedo  
Vasco Cícero Azevedo Jambo  
Flávio Monteiro de Andrada Luna

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS  
PROCURADOR-GERAL DE CONTAS**

José Gustavo Athayde

**PROCURADORES DE CONTAS**

Régis Gonçalves Leite  
Henrique Pandim Barbosa Machado  
José Américo da Costa Júnior



# **ESTUDO SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS EM TEMPOS DE COVID-19**

Goiânia

Agosto de 2020

Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás

Responsabilidade Editorial

Este Trabalho foi elaborado pelos servidores:

Luana Cristina Assunção Miranda Oliveira –Auditora de Controle Externo

Célio Roberto de Almeida – Secretário de Contas Mensais de Gestão

Colaboração

Assessoria de Comunicação Social do TCMGO

Diagramação: Arthur Henrique Rosa Naves

Revisão: José Mendes da Silva Neto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):  
Divisão de Documentação e Biblioteca do TCMGO

G615e

Goiás (Estado). Tribunal de Contas dos Municípios.  
Estudo sobre as receitas municipais em tempos de COVID-19 /  
Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. – Goiânia :  
TCMGO, 2020.  
31 p. : il. color.

Esta obra compara a arrecadação tributária municipal nos meses de janeiro a maio de 2020, com o mesmo período de 2019, de forma a demonstrar eventual declínio arrecadatório em decorrência da COVID-19.

Elaboração: Luana Cristina Assunção Miranda Oliveira e Célio Roberto de Almeida.

Também disponível na página do TCMGO na *Internet*.

1. Goiás. Tribunal de Contas dos Municípios. 2. Receita tributária. 3. Receita municipal. Arrecadação da receita. COVID-19. I. Título.

CDDir 341.3853

Fernanda Corrêa Caldas - Bibliotecária CRB 1-1187.



## APRESENTAÇÃO

O ano de 2020 será lembrado como aquele em que o mundo se viu diante de um inimigo comum. A descoberta de um novo tipo de vírus, altamente contagioso, colocou à prova a força e a perseverança dos indivíduos e das instituições.

As medidas de isolamento social, necessárias para a contenção da pandemia, também exerceram influência sobre as atividades econômicas, repercutindo sobre a arrecadação tributária dos diversos entes federados.

Este estudo, elaborado a partir das informações armazenadas no banco de dados deste Tribunal de Contas, revela o impacto da pandemia de COVID-19 sobre a receita dos municípios goianos. Espera-se, com isso, garantir a publicidade dos registros relacionados à arrecadação dos impostos municipais e às transferências recebidas do estado e da União.

O ineditismo do momento em que vivemos demanda, mais do que nunca, a atuação tempestiva do Tribunal de Contas dos Municípios de Goiás. Afinal, o Controle Externo, neste período crítico, se apresenta como uma poderosa ferramenta à disposição da sociedade e de seus jurisdicionados.

Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto  
Presidente



## SUMÁRIO

1. OBJETIVO.....	7
2. BASE DE DADOS.....	8
3. RESULTADOS .....	9
3.1 Composição das Receitas Municipais .....	9
a) Impostos de Arrecadação Municipal: .....	13
b) Repartição tributária – Estado de Goiás: .....	13
c) Repartição tributária – União: .....	13
d) Recursos da Saúde (repasses da União): .....	14
3.2 Receita dos Impostos Arrecadados pelo Município.....	16
3.3 Receita das transferências do Estado de Goiás.....	18
3.4 Receita de transferências da União.....	20
3.5 Conjunto das receitas de Impostos e Transferências Constitucionais.....	23
3.6 Receitas da Saúde – Repasses da União.....	25
4. CONCLUSÃO.....	28
Apêndices - Arquivos em anexo.....	30
APÊNDICE I.....	30
APÊNDICE II.....	30
APÊNDICE III .....	30
APÊNDICE IV.....	30
APÊNDICE V.....	31
APÊNDICE VI.....	31
APÊNDICE VII.....	31
APÊNDICE VIII.....	31



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Receita total – alteração da arrecadação.....	10
Gráfico 2 – Maiores aumentos da receita total.....	11
Gráfico 3 – Maiores quedas da receita total.....	11
Gráfico 4 – Evolução da receita dos municípios com maiores receitas realizadas.....	12
Gráfico 5 – Composição da receita em 2020.....	15
Gráfico 6 – Prevalência da receita em 2020.....	16
Gráfico 7 – Impostos arrecadados pelos municípios.....	17
Gráfico 8 – Maiores aumentos da receita arrecadada pelos municípios.....	17
Gráfico 9 – Maiores quedas da receita arrecadada pelos municípios.....	18
Gráfico 10 – Repartição tributária do Estado de Goiás.....	19
Gráfico 11 – Maiores aumentos da receita de transferência do Estado.....	19
Gráfico 12 – Maiores quedas da receita de transferência do Estado.....	20
Gráfico 13 – Repartição tributária da União.....	21
Gráfico 14 – Maiores aumentos da receita de transferência da União.....	22
Gráfico 15 – Maiores quedas da receita de transferência da União.....	22
Gráfico 16 – Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União.....	23
Gráfico 17 – Maiores aumentos da receita de Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União.....	24
Gráfico 18 – Maiores quedas da receita de Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União.....	24
Gráfico 19 – Evolução da receita.....	25
Gráfico 20 – Recursos da saúde repassados pela União via SUS.....	26
Gráfico 21 – Maiores aumentos da receita da saúde repassados pela União via SUS.....	27
Gráfico 22 – Maiores quedas da receita da saúde repassada pela União via SUS.....	27

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Municípios com maior aumento da receita total.....	10
Tabela 2 – Municípios com maior queda na receita total.....	11
Tabela 3 – Municípios com maior aumento de receita total em relação ao mesmo período de 2019.....	12
Tabela 4 – Composição da receita de 2020 (em valores).....	14
Tabela 5 – Prevalência da receita de 2020.....	15
Tabela 6 – Municípios com maior aumento percentual da arrecadação.....	17
Tabela 7 – Municípios com maior queda proporcional na arrecadação.....	18
Tabela 8 – Municípios com maior aumento percentual de receitas de transferências do Estado....	19
Tabela 9 – Municípios com maior queda percentual de receitas de transferências do Estado.....	20
Tabela 10 – Municípios com maior aumento percentual de receitas de transferências da União....	21
Tabela 11 – Municípios com maior queda percentual de receitas de transferências da União.....	22
Tabela 12 – Municípios com maior aumento proporcional de receitas de impostos de arrecadação municipal e transferências constitucionais.....	23
Tabela 13 – Municípios com maior queda proporcional de receitas de impostos de arrecadação municipal e transferências constitucionais.....	24

Tabela 14 – Municípios com a maior variação de receita total de impostos municipais e transferências constitucionais em relação a 2019.....	25
Tabela 15 – Variação percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020.....	26
Tabela 16 – Municípios com maior aumento percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020.....	26
Tabela 17 – Municípios com maior queda percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020.....	27

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CIDE-combustíveis	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis
COVID-19	Corona Virus Disease 19 (doença do coronavírus 2019)
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
FMS	Fundo Municipal de Saúde
FNS	Fundo Nacional de Saúde
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação
IN	Instrução Normativa
IOF-ouro	Imposto Sobre Operações Financeiras incidente sobre o ouro
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPVA	Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte
ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
SARS-CoV-2	Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 – coronavírus 2 – vírus causador da COVID-19
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SUS	Sistema Único de Saúde
TCMGO	Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás
PPA	Plano Plurianual
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
SICOM	Sistema de Controle de Contas Municipais





## **ESTUDO SOBRE AS RECEITAS MUNICIPAIS EM TEMPOS DE COVID-19**

### **1 – OBJETIVO**

Este relatório tem como objetivo comparar a arrecadação tributária municipal no intervalo compreendido entre janeiro e maio do presente exercício, em relação ao mesmo período de 2019, considerando, para tanto, as receitas advindas de impostos próprios, definidos no art. 156, bem como as receitas transferidas como resultado dos mecanismos de repartição tributária, previstos nos arts. 158 e 159, todos eles da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), com a finalidade de expor e dimensionar eventual declínio arrecadatório, observado como efeito do impacto trazido pela pandemia (COVID-19) reconhecida internacionalmente em decorrência do surto de Sars-Cov-2 (coronavírus 2019).

O estudo apresenta, adicionalmente, a análise comparativa das receitas recebidas pelos municípios por meio das transferências do Fundo Nacional de Saúde (FNS), aos respectivos Fundos Municipais de Saúde (FMS), no período já mencionado, com o fim de evidenciar possível incremento das receitas destinadas às ações e serviços públicos de saúde, incluindo o combate à pandemia.

## 2 – BASE DE DADOS

O presente estudo utilizou como fonte os dados captados por meio do Analisador Web deste Tribunal. Os dados foram coletados a partir do conjunto de informações referentes ao Movimento Contábil Mensal da Execução Orçamentária e Financeira, enviado eletronicamente pelos gestores jurisdicionados em razão das determinações da Instrução Normativa (IN) nº 0009/15-TCMGO, que dispõe sobre o envio eletrônico dos instrumentos de planejamento governamental - PPA, LDO e LOA, dos procedimentos licitatórios, contratos e outros instrumentos, dos atos de pessoal e do Movimento Contábil da Execução

Orçamentária e Financeira Mensal das unidades dos Poderes Municipais e das entidades da administração indireta, inclusive das fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, referentes ao exercício de 2016 e seguintes.

Os dados foram transmitidos segundo os layouts definidos no APÊNDICE III (Movimento Contábil Mensal) da referida Instrução Normativa, e disponibilizados por meio do Sistema de Controle de Contas Municipais deste Tribunal – SICOM/TCMGO.

As informações se referem ao movimento contábil nos recortes de 1º/01/2019 a 31/05/2019 e 1º/01/2020 a 31/05/2020.

A amostra é composta pelos municípios que, até 28/07/2020, apresentaram os dados eletrônicos da movimentação contábil da Administração Direta (Poder Executivo) e do Fundo Municipal de Saúde – FMS, e que tiveram a respectiva importação dos dados ao Sistema de Controle de Contas Municipais – SICOM.

Ressalta-se que, apesar da semestralidade da prestação de contas e da apresentação da documentação de suporte, realizada por meio da formalização de balancetes, conforme definido inciso X do art. 77 da Constituição Estadual, o acompanhamento eletrônico dos dados é regulado pelo próprio Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás - TCMGO, cuja competência regulamentar é estabelecida no inciso XIV da Lei nº 15.958/07.

Assim, considerando que o acompanhamento eletrônico mensal dos órgãos e entidades da administração pública direta e indireta contribui para o desenvolvimento, o aperfeiçoamento, a eficiência e a transparência da gestão dos recursos públicos, bem como das atividades de controle externo e de accountability, o TCMGO editou a IN 009/2015, estabelecendo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias subsequentes ao mês de referência para o encaminhamento, de forma eletrônica e mensal, do movimento contábil da Execução Orçamentária.

Registra-se que, levando em conta a mencionada norma regulamentadora, a apresentação dos dados eletrônicos e as regras de recepção e importação dos dados pelos SICOM, a amostra é composta por 210 municípios do Estado de Goiás, aproximadamente 85% (oitenta e cinco por cento) do total de 246.

Os municípios que compõem a amostra estão relacionados no APÊNDICE I do presente relatório.



## 3 – RESULTADOS

### 3.1 Composição das Receitas Municipais

As políticas públicas executadas pelos entes federativos são patrocinadas, especialmente, por sua arrecadação tributária. O poder de tributar, previsto constitucionalmente, permite que eles interfiram na esfera patrimonial dos indivíduos que formam a sociedade, com o objetivo de coletar, pela contribuição de todos, os recursos necessários para a promoção dos serviços prestados pela Administração Pública.

No caso dos municípios, a Constituição Federal, ao estabelecer as bases para financiamento municipal, atribuiu-lhes competência para instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU); sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos sobre eles relativos (ITBI); e sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).

A Carta Magna ainda lhes conferiu o direito a incorporar ao tesouro municipal o produto da arrecadação do imposto, que de outro modo seria recolhido à União, sobre renda e proventos de qualquer natureza (IRRF), incidente na fonte sobre os rendimentos pagos pelo próprio município.

Por fim, também pertence ao município, de acordo com as disposições constitucionais, a integralidade dos valores arrecadados pela cobrança do imposto da União sobre a propriedade territorial rural (ITR), quando o município optar por fiscalizar e cobrar este tributo. Essa, portanto, constitui a base da arrecadação executada pelo esforço fiscal do próprio município.

No entanto, outras receitas tributárias são destinadas ao município, e a Constituição Federal também lhe garante a participação no produto da arrecadação de outros impostos, quando efetuada pelos demais entes federativos.

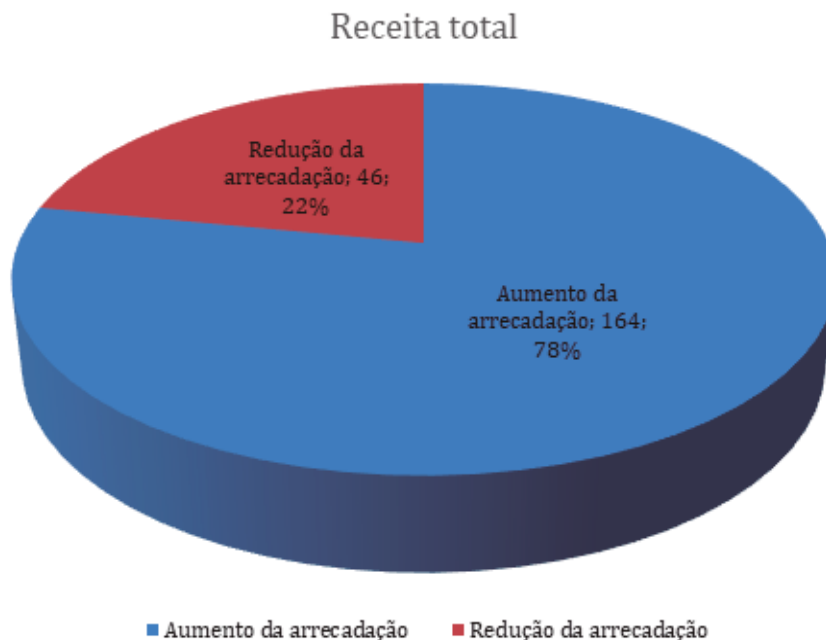
Assim, por meio do sistema de repartição das receitas tributárias, os estados membros entregam aos municípios, por meio de transferência, parcela dos valores arrecadados com os impostos estaduais sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), e sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Eles também entregam aos municípios uma parte de sua participação na arrecadação do imposto da União sobre produtos industrializados (IPI) e, ainda, uma cota do que recebem em razão da arrecadação da contribuição de intervenção no domínio econômico, instruída pela União, e incidente sobre a comercialização e importação de combustíveis (CIDE-combustíveis).

O mecanismo de redistribuição das receitas tributárias adotado pela federação também prevê transferências a serem realizadas diretamente entre a União e os municípios. Dessa forma, a União entrega aos municípios um quinhão do que arrecada com o imposto de renda (IR) e com o imposto sobre os produtos industrializados (IPI), por meio de um fundo denominado Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Além disso, a União também repassa parcela do imposto sobre operações financeiras incidente sobre o ouro, quando este é definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-ouro); e parte do que arrecada com o imposto sobre propriedade territorial rural (ITR), quando os municípios optam por não fiscalizar e cobrar diretamente esse tributo.

Os municípios também podem receber recursos de muitas outras fontes, como, por exemplo, aquelas advindas de repasses definidos na legislação infraconstitucional, aquelas decorrentes de sentenças judiciais, aquelas provenientes das operações de crédito, da venda de bens móveis e imóveis, as derivadas de contratos, ajustes e convênios, ou, ainda, de doações de particulares.

De modo geral, os municípios goianos que compõem a amostra estudada tiveram um aumento no total da receita orçamentária realizada, acumulada no período de janeiro a maio de 2020, quando comparada ao registro da receita no mesmo período do exercício anterior, conforme APÊNDICE II.

Gráfico 1 - Receita total – alteração da arrecadação

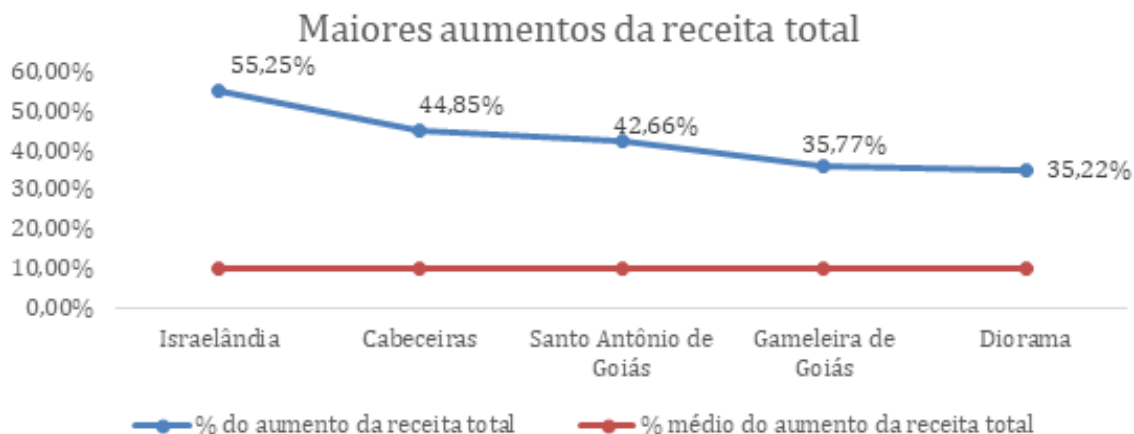


A Tabela 1 apresenta os municípios que observaram maior aumento da receita total.

Tabela 1 – Municípios com maior aumento da receita total

Município	% do aumento da receita total	% médio do aumento da receita total
Israelândia	55,25%	9,73%
Cabeceiras	44,85%	9,73%
Santo Antônio de Goiás	42,66%	9,73%
Gameleira de Goiás	35,77%	9,73%
Diorama	35,22%	9,73%

Gráfico 2 – Maiores aumentos da receita total

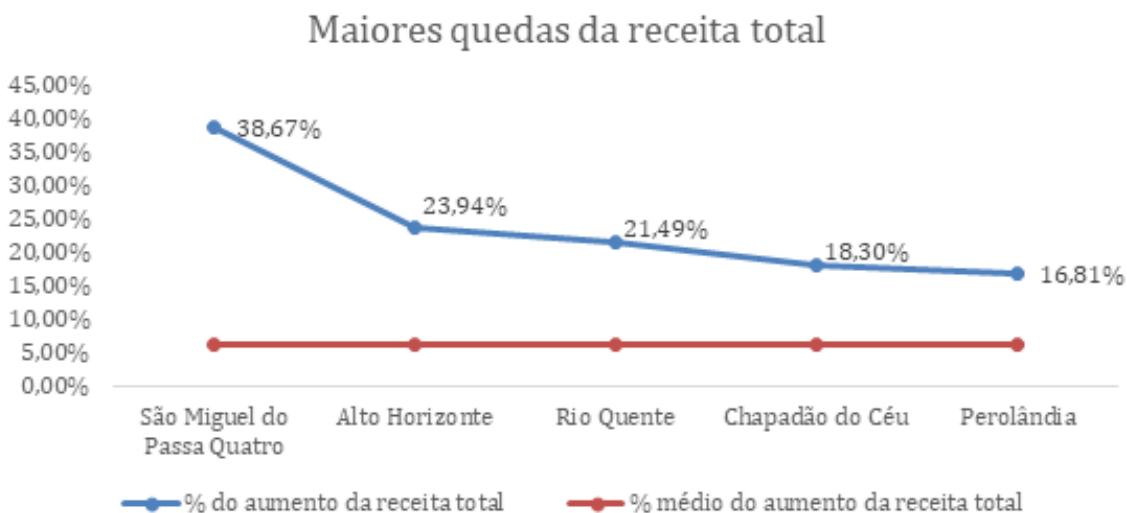


A Tabela 2, a seguir, apresenta os municípios que registraram a maior queda na receita total.

Tabela 2 - Municípios com maior queda na receita total

Município	% do aumento da receita total	% médio do aumento da receita total
São Miguel do Passa Quatro	38,67%	6,33%
Alto Horizonte	23,94%	6,33%
Rio Quente	21,49%	6,33%
Chapadão do Céu	18,30%	6,33%
Perolândia	16,81%	6,33%

Gráfico 3 – Maiores quedas da receita total



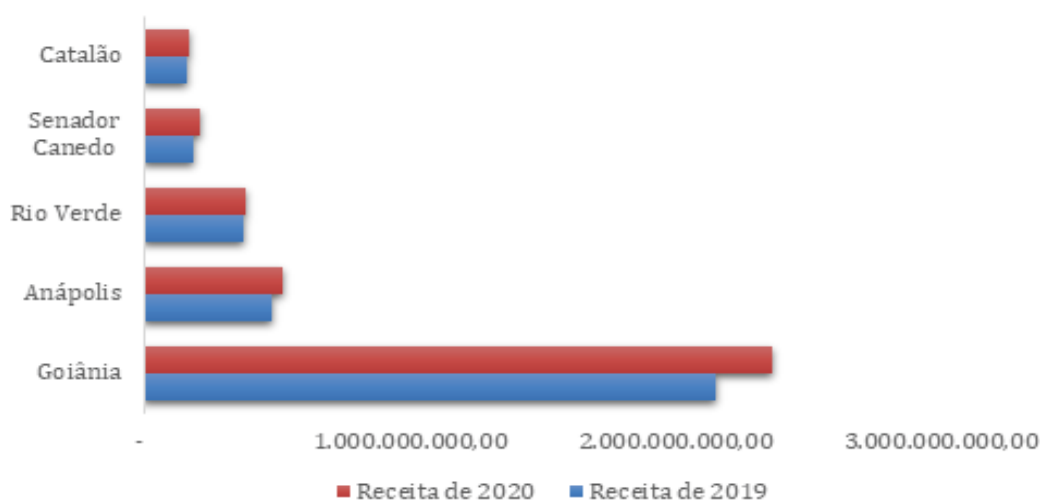
Entre os municípios da amostra que possuem as maiores receitas realizadas, a análise comparativa em relação ao mesmo período de 2019 revelou que todos registraram aumento da receita total:

Tabela 3 - Municípios com maior aumento de receita total em relação ao mesmo período de 2019

Município	Receita de 2019	Receita de 2020	Aumento da arrecadação	% aumento da arrecadação
Goiânia	2.150.591.781,40	2.362.639.656,73	212.047.875,33	9,86%
Anápolis	476.565.466,41	524.113.379,24	47.547.912,83	9,98%
Rio Verde	376.871.052,49	381.695.449,82	4.824.397,33	1,28%
Senador Canedo	185.423.868,32	209.507.256,63	24.083.388,31	12,99%
Catalão	161.494.541,93	166.024.908,87	4.530.366,94	2,81%

Gráfico 4 – Evolução da receita dos municípios com maiores receitas realizadas

### Evolução da receita dos municípios com maiores receitas realizadas



No entanto, a avaliação do total da receita realizada considera todos os recursos orçamentários recebidos pelos municípios, sem distinção entre aqueles que estão legalmente vinculados à execução de determinada política pública e os que não estão vinculados e que, portanto, permanecem de livre utilização.

Por essa razão o estudo se propôs a coletar e consolidar as receitas tributárias advindas dos impostos, conforme já elucidado, pois elas são regidas pelo princípio da não-afetação, estabelecido no inciso IV do art. 167 da CRFB, cuja únicas exceções são as próprias vinculações constitucionais com as ações e serviços públicos de saúde e de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em razão do surto do coronavírus 2019, o estudo também se voltou para a avaliação do registro das receitas correntes destinadas à saúde, movimentadas por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e recebida por meio de repasses fundo a fundo, realizados entre o FNS e o FMS, tanto do bloco custeio como no bloco investimento.

Para efeito de apuração dos valores registrados pelas unidades jurisdicionadas, esse estudo segregou em grupos as informações relacionadas aos desdobramentos de naturezas de receitas orçamentárias, aplicáveis aos Estados, Distrito Federal e municípios, conforme codificação definida pela Portaria nº 388/2018, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e adotados pela IN nº 009/15 – TCM/GO<sup>1</sup>, a seguir relacionados:

a) Impostos de Arrecadação Municipal:

<b>Natureza da receita</b>	<b>Especificação</b>
1.1.1.3.03.1.X	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho
1.1.1.3.03.4.X	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos
1.1.1.2.01.1.X	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados
1.1.1.2.01.2.X	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados
1.1.1.8.01.1.X	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
1.1.1.8.01.4.X	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis
1.1.1.8.02.3.X	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
1.1.1.8.02.4.X	Adicional ISS - Fundo Municipal de Combate à Pobreza

b) Repartição tributária – Estado de Goiás:

<b>Natureza da receita</b>	<b>Especificação</b>
1.7.1.8.01.2.X	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal
1.7.1.8.01.3.X	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro
1.7.1.8.01.4.X	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho
1.7.1.8.01.5.X	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural
1.7.1.8.01.7.X	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
1.7.1.8.01.8.X	Cota-Parte do Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – Comercialização do Ouro

c) Repartição tributária - União:

<b>Natureza da receita</b>	<b>Especificação</b>
1.7.2.8.01.1.X	Cota-Parte do ICMS
1.7.2.8.01.2.X	Cota-Parte do IPVA
1.7.2.8.01.3.X	Cota-Parte do IPI - Municípios
1.7.2.8.01.4.X	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
1.7.2.8.01.5.X	Outras Participações na Receita dos Estados
1.7.2.8.01.9.X	Outras Transferências dos Estados

<sup>1</sup> Tabela disponível em: <https://www.tcmgo.tc.br/site/fiscalizacao-e-controle/tabelas-de-codificacao/>, acesso em jul. de 2020.

d) Recursos da Saúde (repasses da União):

<b>Natureza da receita</b>	<b>Especificação</b>
1.7.1.8.03.1.X	Transferência de Recursos do SUS – Atenção Básica
1.7.1.8.03.2.X	Transferência de Recursos do SUS – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
1.7.1.8.03.3.X	Transferência de Recursos do SUS – Vigilância em Saúde
1.7.1.8.03.4.X	Transferência de Recursos do SUS – Assistência Farmacêutica
1.7.1.8.03.5.X	Transferência de Recursos do SUS – Gestão do SUS
1.7.1.8.03.9.X	Transferência de Recursos do SUS – Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo
1.7.1.8.04.1.X	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Básica
1.7.1.8.04.2.X	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Atenção Especializada
1.7.1.8.04.3.X	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Vigilância em Saúde
1.7.1.8.04.4.X	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Gestão e Desenvolvimento de Tecnologias em Saúde no SUS
1.7.1.8.04.5.X	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS destinados à Gestão do SUS
1.7.1.8.04.6.X	Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS, não detalhadas anteriormente

Desta forma, os desdobramentos de natureza de receita remanescentes, relacionados aos vários outros recursos municipais que não aqueles descritos acima, passaram a integrar o grupo denominado genericamente de “demais receitas”.

No período de janeiro a maio de 2020, o total das receitas, registrado pelo conjunto de municípios que compõem a amostra avaliada, apresentou a seguinte distribuição, considerando os desdobramentos de natureza de receita anteriormente explicitados:

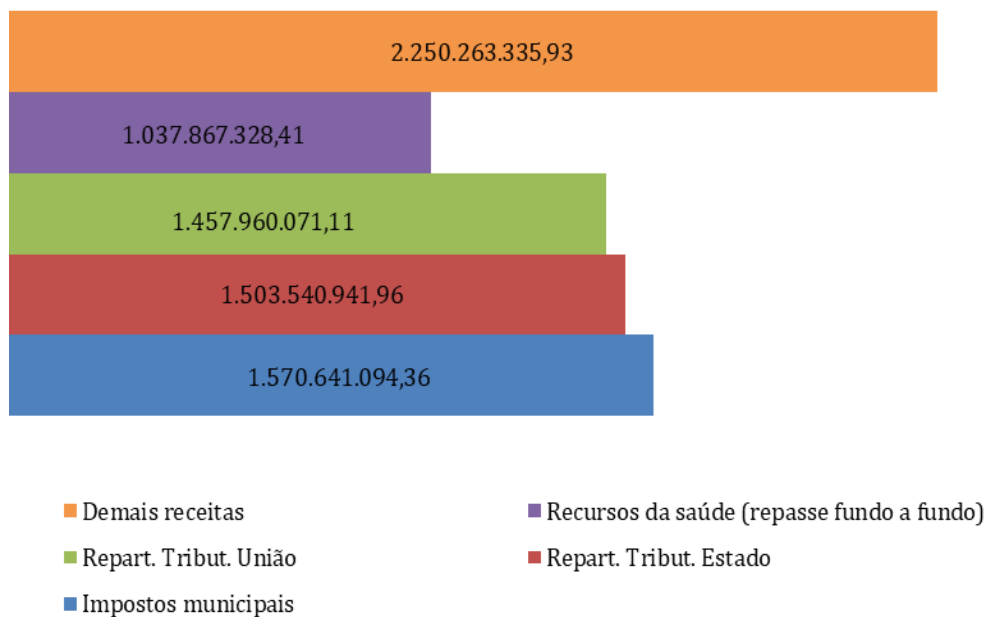
Tabela 4 - Composição da receita de 2020 (em valores)

Impostos municipais	1.570.641.094,36
Repart. Tribut. Estado	1.503.540.941,96
Repart. Tribut. União	1.457.960.071,11
Recursos da saúde (repassse fundo a fundo)	1.037.867.328,41
Demais receitas	2.250.263.335,93
<b>Total</b>	<b>7.820.272.771,77</b>



Gráfico 5

## Composição da receita em 2020



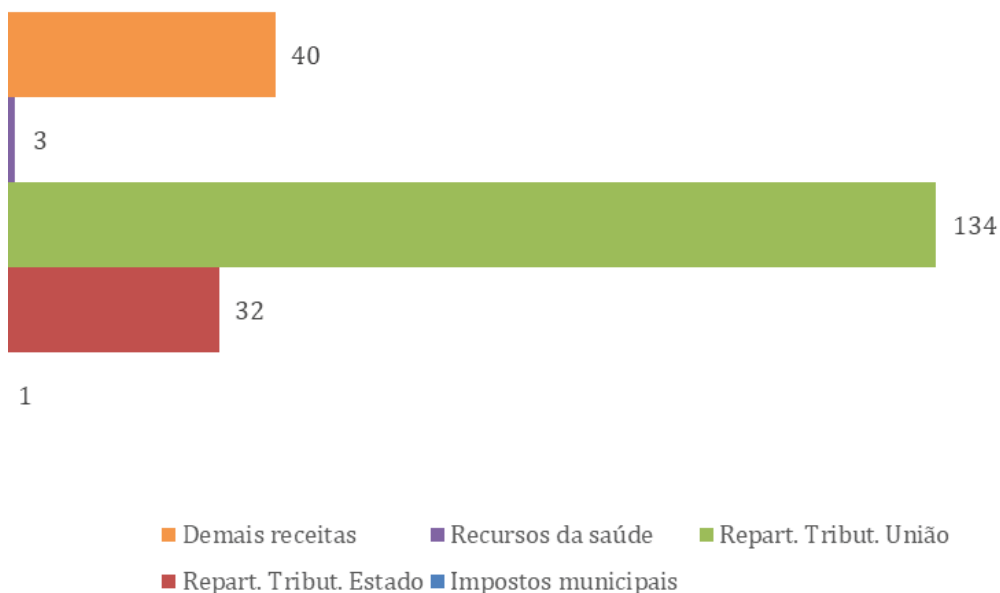
Vale observar que a avaliação se concentrou no registro, conforme efetuado pelos municípios que compõem a amostra, de determinadas receitas correntes, de acordo com os critérios já especificados. Portanto, as receitas de capital inscritas no período foram aglutinadas em “demais receitas”, em conjunto com outras receitas correntes não segregadas para este estudo.

Quando observada a prevalência e o impacto de cada um dos grupos sobre o total da receita realizada por cada município, temos:

Tabela 5 – prevalência da receita de 2020

Impostos municipais	1	0,48%
Repart. Tribut. Estado	32	15,24%
Repart. Tribut. União	134	63,81%
Recursos da saúde	3	1,43%
Demais receitas	40	19,05%
Total	210	100,00%

### Prevalência da receita em 2020



Assim, após o levantamento dos dados, verificou-se que as transferências da União, efetuadas em razão do sistema de repartição tributária constitucional, são indicadas como a principal procedência da receita orçamentária de 134 municípios no período de janeiro a maio de 2020, que representam, aproximadamente, 64 % (sessenta e quatro por cento) da amostra. Por outro lado, os impostos de arrecadação municipal formam a principal origem da receita apenas para Goiânia.

Integram o APÊNDICE II deste estudo os dados relativos à receita total informada por cada município. Já o APÊNDICE III apresenta a divisão do montante total registrado em cada um dos grupos formados pelos desdobramentos de natureza de receita elegidos e pelo agrupamento daqueles não selecionados (e, neste caso, registrados como “demais receitas”), indicando qual a principal origem dos recursos angariados.

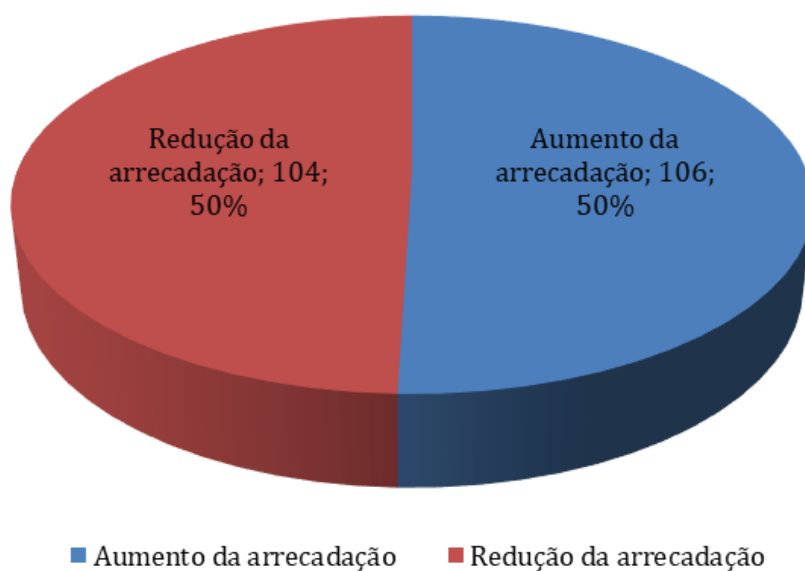
Desta forma, contextualizado o impacto das origens da receita tributária para os diferentes municípios que compõem a amostra, o estudo, então, conduziu a análise comparativa das receitas municipais selecionadas, em relação ao mesmo intervalo (janeiro a maio), nos exercícios de 2019 e 2020.

#### 3.2 - Receita dos Impostos Arrecadados pelo Município

A coleta de dados revelou que aproximadamente a metade dos municípios goianos experimentou, no período, queda na receita composta pelos impostos municipais (IPTU, ITBI e ISSQN) previstos no art. 156 da CRFB, e pelo Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pertencente ao município, por determinação do art. 158, I, também da CRFB.

Gráfico 7 – Impostos arrecadados pelos municípios

### Impostos arrecadados pelos municípios



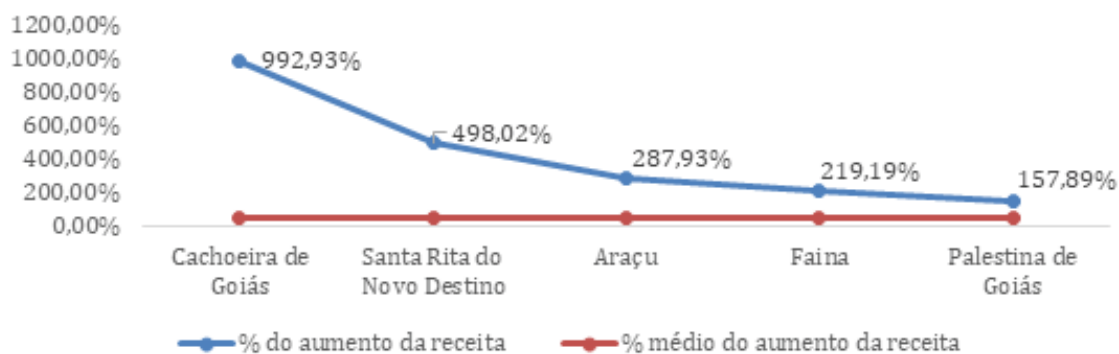
Os cinco municípios com maior aumento percentual da arrecadação apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 6 – Municípios com maior aumento percentual da arrecadação

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Cachoeira de Goiás	992,93%	57,22%
Santa Rita do Novo Destino	498,02%	57,22%
Araçu	287,93%	57,22%
Faina	219,19%	57,22%
Palestina de Goiás	157,89%	57,22%

Gráfico 8 – Maiores aumentos da receita arrecadada pelos municípios

### Maiores aumentos da receita

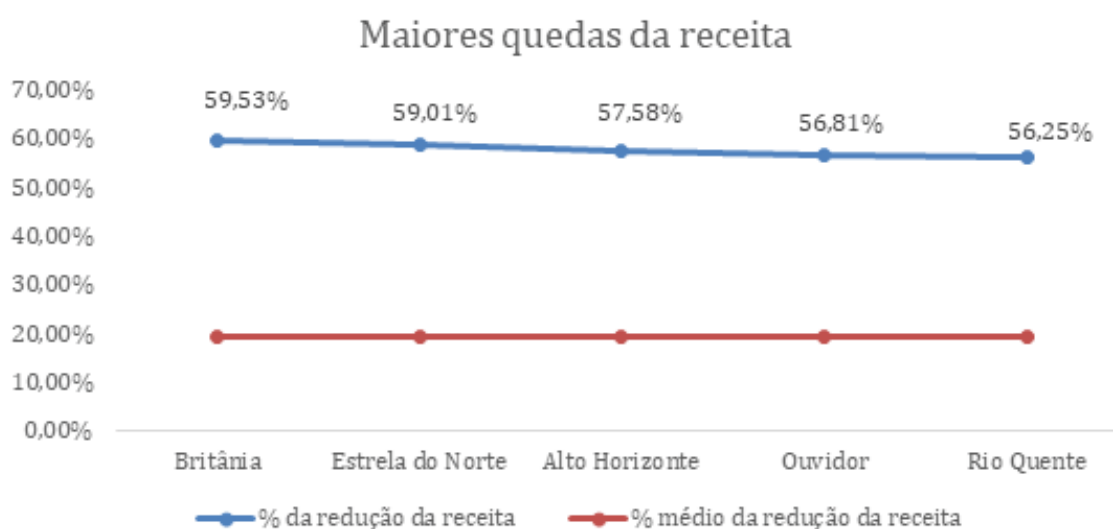


Já os cinco municípios com maior queda proporcional na arrecadação apresentaram os resultados abaixo:

Tabela 7 – Municípios com maior queda proporcional na arrecadação

Município	% da queda da receita	% médio da queda da receita
Britânia	59,53%	19,61%
Estrela do Norte	59,01%	19,61%
Alto Horizonte	57,58%	19,61%
Ouvidor	56,81%	19,61%
Rio Quente	56,25%	19,61%

Gráfico 9 – Maiores quedas da receita arrecadada pelos municípios

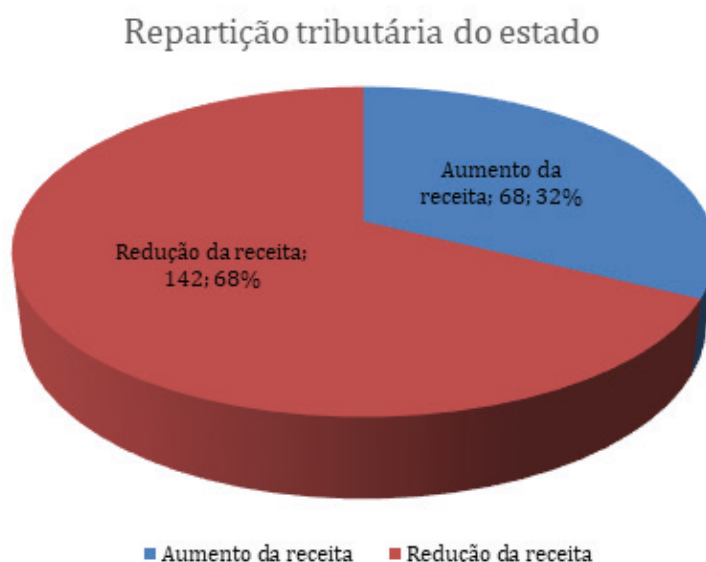


Os dados que fundamentam esses resultados estão disponíveis no APÊNDICE IV deste estudo.

### 3.3 - Receita das transferências do Estado de Goiás

Com relação às transferências realizadas pelo estado de Goiás aos seus municípios, efetuadas em razão dos mecanismos de repartição tributária estabelecidos na Constituição, observou-se que a maioria dos municípios da amostra experimentou queda no recebimento do conjunto de receitas compostas pela cota-parte do ICMS (art. 158, IV, CRFB), pela cota-parte do IPVA (art. 158, III, CRFB) e pela cota-parte do IPI (art. 159, § 3º, CRFB).

Gráfico 10 – Repartição tributária do Estado de Goiás

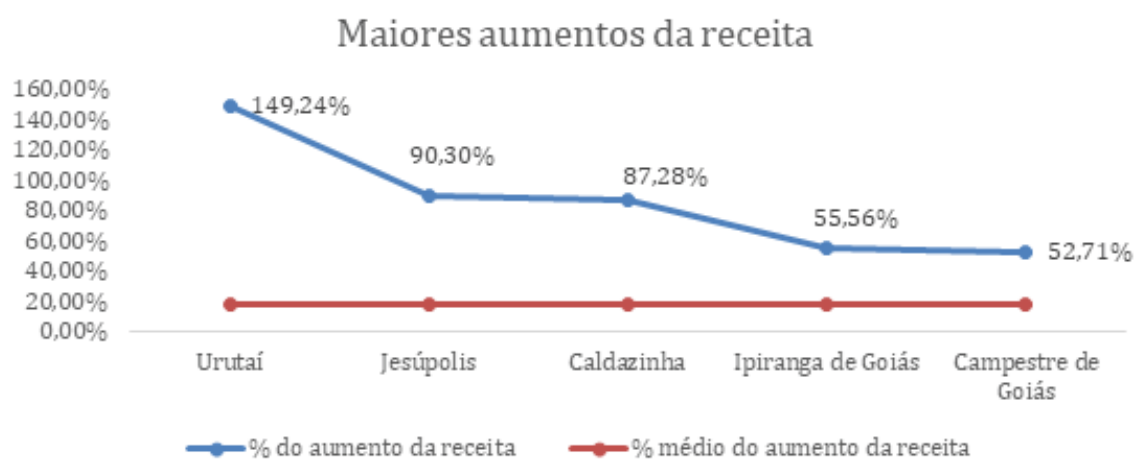


Os cinco municípios que informaram o maior aumento percentual da receita de transferências estaduais foram:

Tabela 8 – Municípios com maior aumento percentual de receitas de transferências do Estado

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Urutaí	149,24%	18,81%
Jesúpolis	90,30%	18,81%
Caldazinha	87,28%	18,81%
Ipiranga de Goiás	55,56%	18,81%
Campestre de Goiás	52,71%	18,81%

Gráfico 11 – Maiores aumentos da receita de transferência do Estado

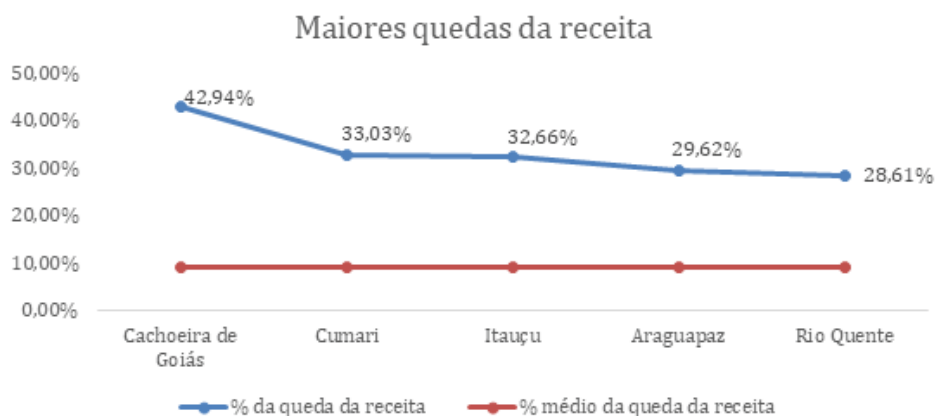


Por sua vez, os municípios que mais registraram queda percentual das receitas de transferências estaduais foram:

Tabela 9 - Municípios com maior queda percentual de receitas de transferências do Estado

Município	% da queda da receita	% médio da queda da receita
Cachoeira de Goiás	42,94%	9,01%
Cumari	33,03%	9,01%
Itaçu	32,66%	9,01%
Araguapaz	29,62%	9,01%
Rio Quente	28,61%	9,01%

Gráfico 12 – Maiores quedas da receita de transferência do Estado



O APÊNDICE V, parte integrante deste relatório, apresenta os dados referentes a cada município que compõe a amostra.

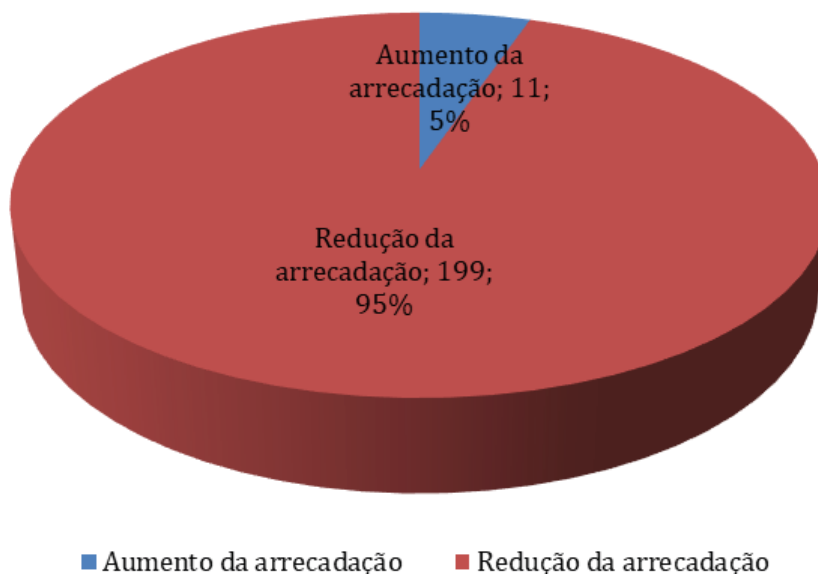
### 3.4 - Receita de transferências da União

Este estudo buscou ainda consolidar os registros das receitas advindas de transferências efetuadas pela União, formadas pelo repasse do Fundo de Participação – FPM (art. 159, I, b, d, e, CRFB), do ITR (art. 158, II, CRFB), da cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico –

CIDE-combustíveis, e da cota-parte do Imposto sobre Operações Financeira – IOF-ouro (art. 153, §5º, CF).

Quanto a estas receitas, a maior parte da amostra (199 municípios) registrou queda no recebimento das transferências no período selecionado:

### Repartição tributária da União



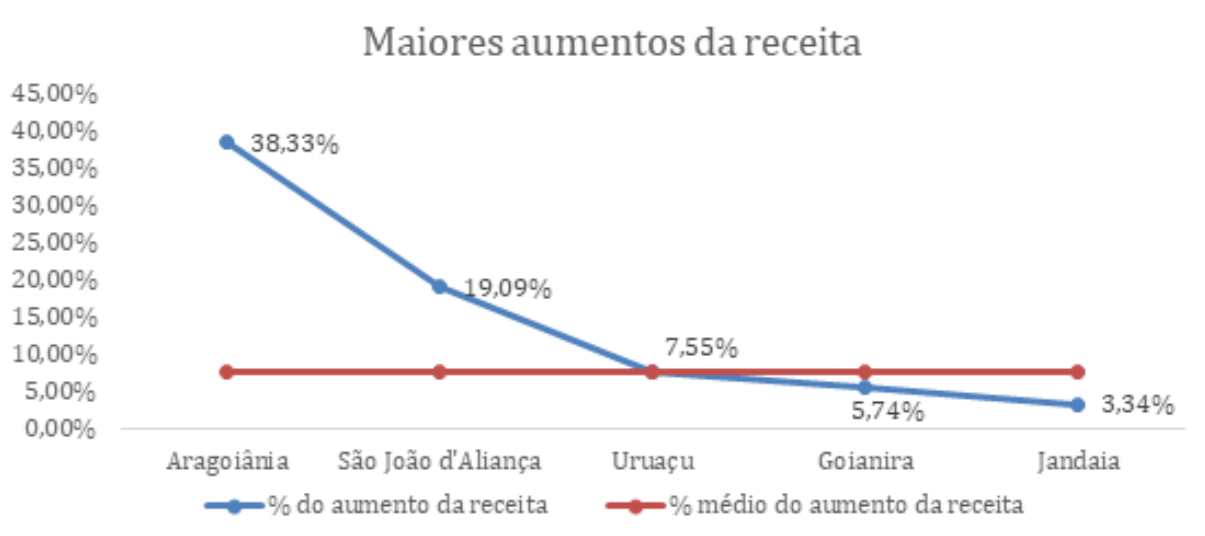
Portanto, apenas uma pequena fração dos municípios (5% - cinco por cento) contabilizou aumento nos repasses efetuados pela União com relação às receitas relacionadas.

Desses, registraram maior aumento percentual em sua receita de transferências constitucionais provenientes da União:

Tabela 10 - Municípios com maior aumento percentual de receitas de transferências da União

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Aragoiânia	38,33%	7,57%
São João d'Aliança	19,09%	7,57%
Uruaçu	7,55%	7,57%
Goianira	5,74%	7,57%
Jandaia	3,34%	7,57%

Gráfico 14 – Maiores aumentos da receita de transferência da União

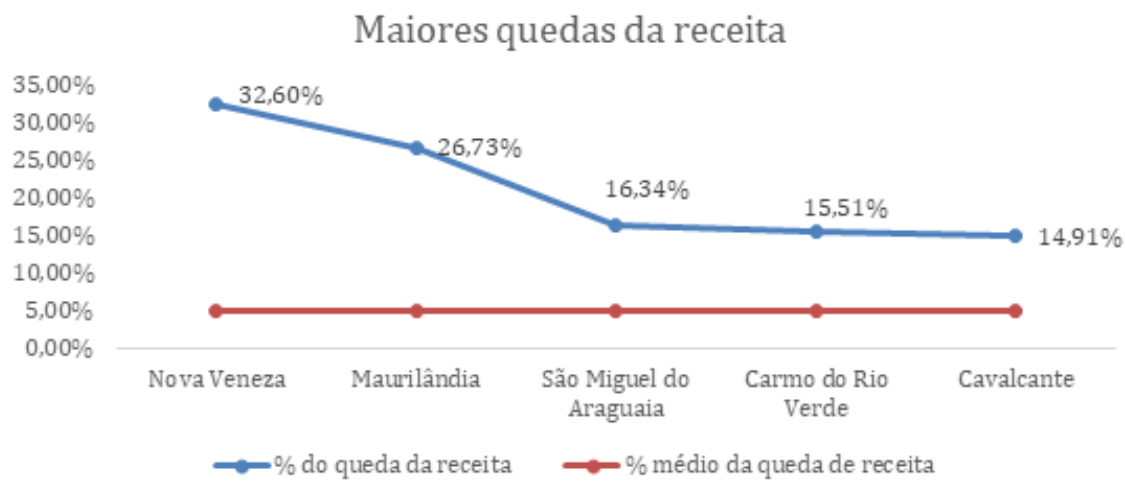


Os municípios com maior queda percentual no recebimento dos mencionados repasses foram:

Tabela 11 – Municípios com maior queda percentual de receitas de transferências da União

Município	% da queda de receita	% médio da queda de receita
Nova Veneza	32,60%	5,08%
Maurilândia	26,73%	5,08%
São Miguel do Araguaia	16,34%	5,08%
Carmo do Rio Verde	15,51%	5,08%
Cavalcante	14,91%	5,08%

Gráfico 15 – Maiores quedas da receita de transferência da União





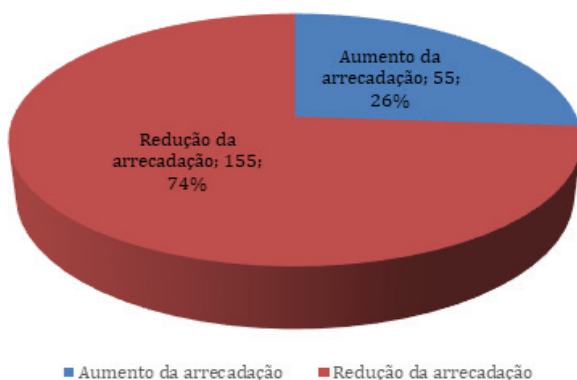
O APÊNDICE VI apresenta a coleta das informações prestadas por cada município com relação aos repasses realizados pela União, em razão do sistema de repartição tributária previsto constitucionalmente

### 3.5 - Conjunto das receitas de Impostos e de Transferências Constitucionais

De modo geral, os municípios registraram queda no total das receitas compostas pela soma dos Impostos de Arrecadação Municipal e das Transferências Constitucionais. Desse modo, considerando o conjunto de tais receitas, temos:

Gráfico 16 – Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União

Impostos municipais e transferências do estado de Goiás e da União



Ao considerar o total registrado, a perda de receita acumulada pela amostra foi de R\$187.258.331,97 (cento e oitenta e sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, trezentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos).

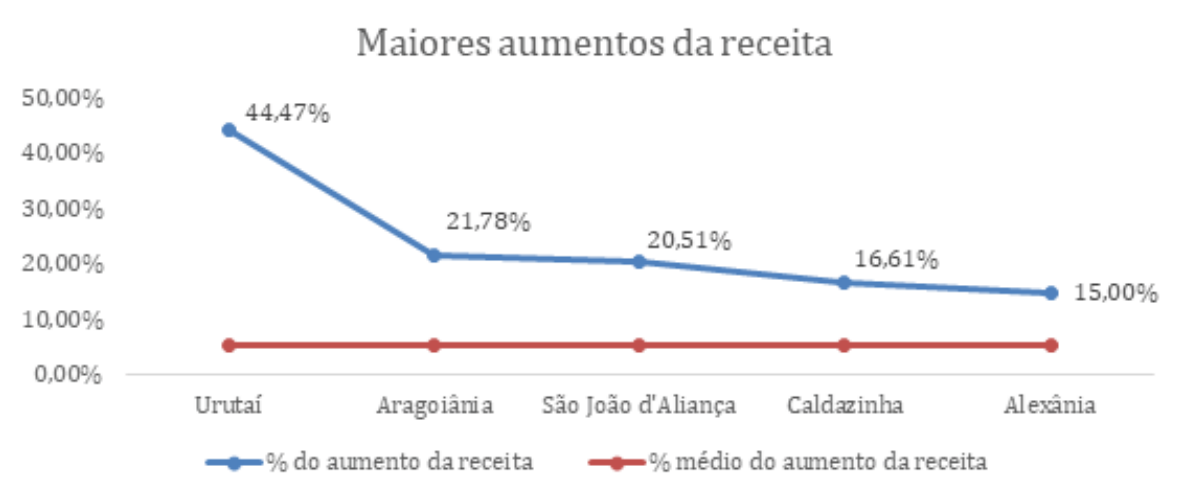
Não obstante, se a avaliação considerar apenas os municípios que registraram queda na arrecadação, o valor passa para a ordem de R\$ 213.553.698,04 (duzentos e treze milhões, quinhentos e cinquenta e três mil, seiscentos e noventa e oito reais e quatro centavos).

Dentre os municípios que registraram maior aumento proporcional no conjunto de suas receitas de Impostos de Arrecadação Municipal e Transferências Constitucionais, estão:

Tabela 12 – Municípios com maior aumento proporcional de receitas de impostos de arrecadação municipal e transferências constitucionais

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Urutaí	44,47%	5,48%
Aragoiânia	21,78%	5,48%
São João d'Aliança	20,51%	5,48%
Caldazinha	16,61%	5,48%
Alexânia	15,00%	5,48%

Gráfico 17 – Maiores aumentos da receita de Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União

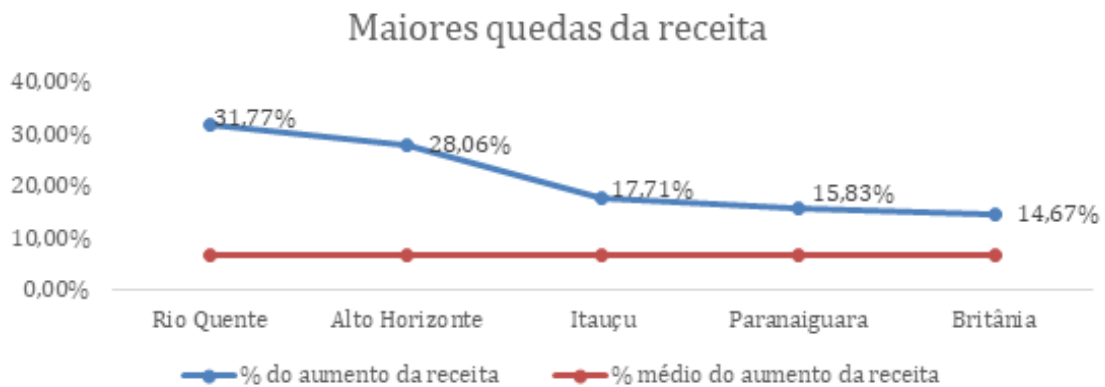


Já os municípios que informaram maior queda proporcional no somatório dessas receitas foram:

Tabela 13 - Municípios com maior queda proporcional de receitas de impostos de arrecadação municipal e transferências constitucionais

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Rio Quente	31,77%	6,72%
Alto Horizonte	28,06%	6,72%
Itaçu	17,71%	6,72%
Paranaiguara	15,83%	6,72%
Britânia	14,67%	6,72%

Gráfico 18 – Maiores quedas da receita de Impostos municipais e transferências do Estado de Goiás e da União

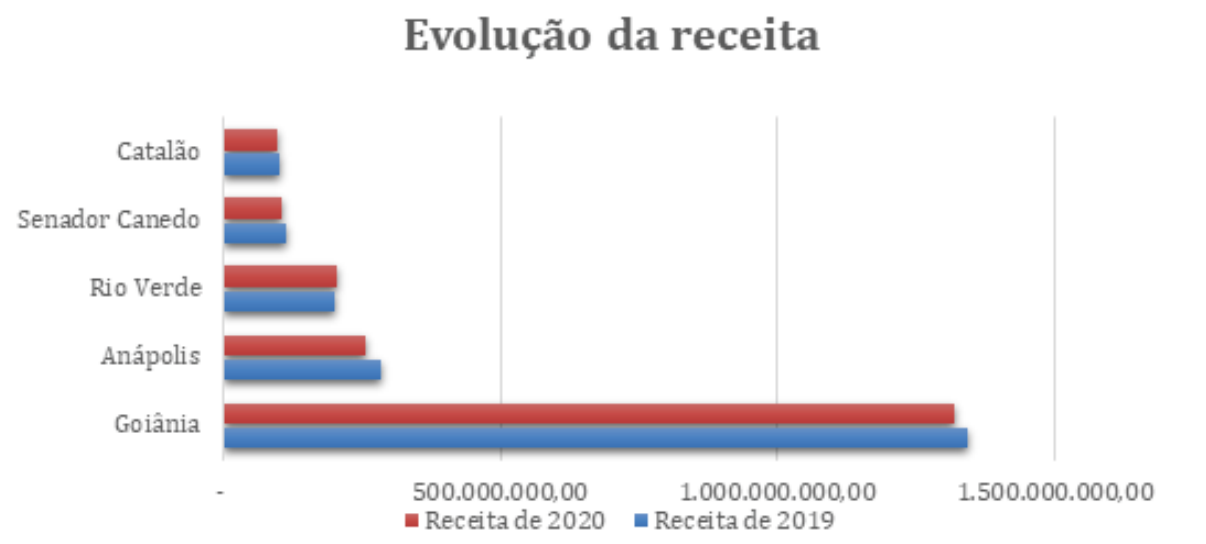


Ao considerar a variação reportada pelos municípios da amostra com a maior receita total de impostos municipais e de Transferências Constitucionais, temos:

Tabela 14 – Municípios com a maior variação de receita total de impostos municipais e transferências constitucionais em relação a 2019

Município	Receita de 2019	Receita de 2020	Aumento da arrecadação	Redução da arrecadação
Goiânia	1.342.646.564,50	1.319.288.843,86		23.357.720,64
Anápolis	283.873.473,84	256.469.477,29		27.403.996,55
Rio Verde	201.216.543,66	203.821.199,44	2.604.655,78	
Senador Canedo	113.293.842,29	106.079.415,36		7.214.426,93
Catalão	101.992.166,40	97.063.274,72		4.928.891,68

Gráfico 19 – Evolução da receita



Os dados do levantamento e consolidação dos Impostos de Arrecadação Municipal e das Transferências Constitucionais compõem o APÊNDICE VII deste Relatório.

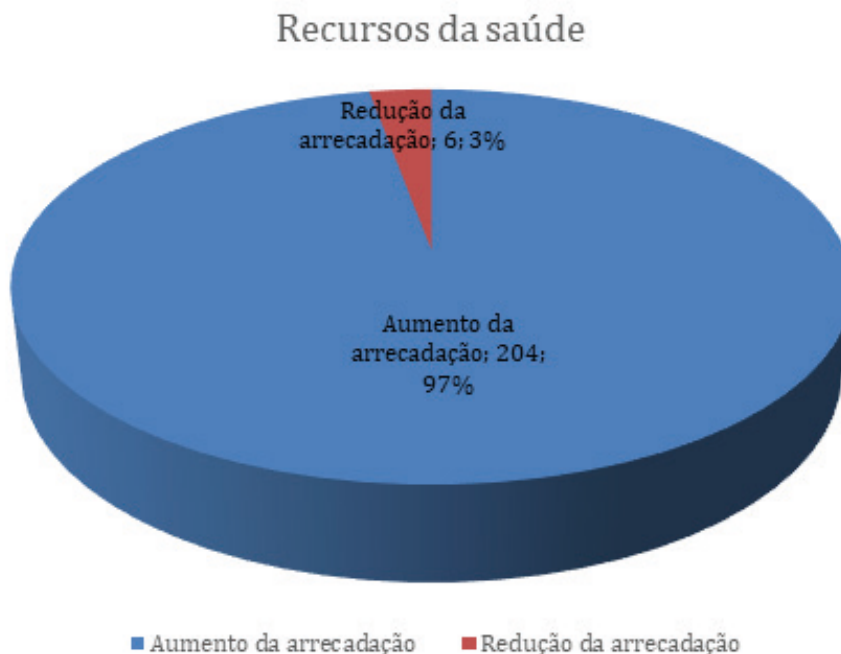
### 3.6 - Receitas da Saúde – Repasses da União

O estudo também realizou o levantamento dos registros das receitas repassadas pela União aos municípios, por meio do SUS, para o atendimento de ações e serviços de saúde, incluindo aquelas destinadas ao enfrentamento da COVID-19.

Os municípios do Estado de Goiás, em conjunto, registraram incremento das receitas repassadas por meio do Fundo Nacional de Saúde, em 2020, na ordem de R\$389.449.743,15 (trezentos e oitenta e nove

milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos), sendo que a quase totalidade dos municípios que compõem a amostra (97% - noventa e sete por cento) informou aumento no repasse das receitas da saúde.

Gráfico 20 – Recursos da saúde repassados pela União via SUS



Em média, os municípios que registraram aumento da receita transferida pela União para o atendimento das políticas públicas de saúde informaram um acréscimo de 102,09%:

Tabela 15 - Variação percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020

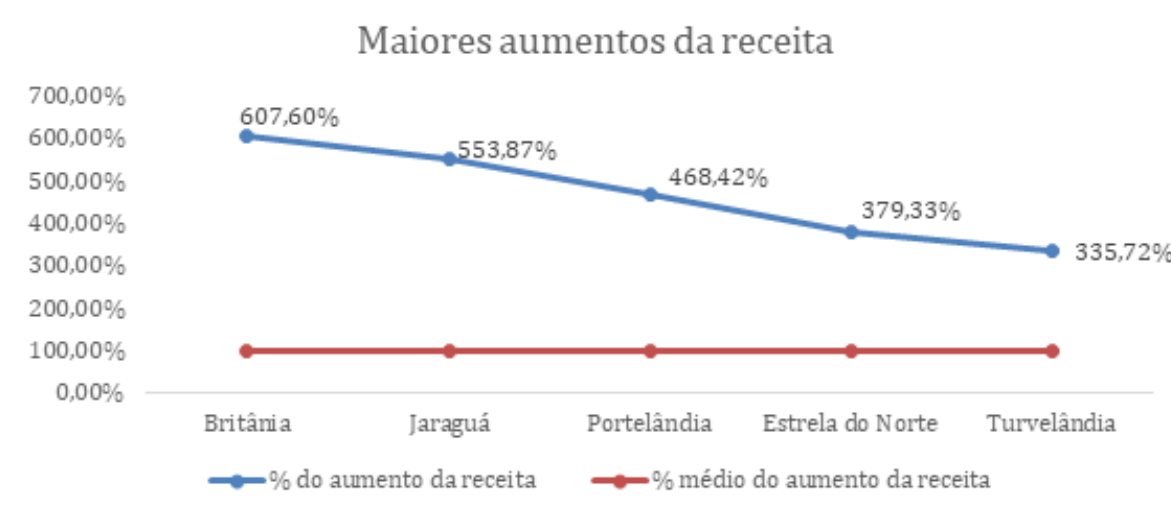
Recursos da saúde	Nº de municípios	%
Aumento da arrecadação	204	102,09%
Redução da arrecadação	6	40,09%
Total	210	

Os municípios que apresentaram maior aumento dessa receita registraram o seguinte:

Tabela 16 – Municípios com maior aumento percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020

Município	% do aumento da receita	% médio do aumento da receita
Britânia	607,60%	102,09%
Jaraguá	553,87%	102,09%
Portelândia	468,42%	102,09%
Estrela do Norte	379,33%	102,09%
Turvelândia	335,72%	102,09%

Gráfico 21 – Maiores aumentos da receita da saúde repassados pela União via SUS

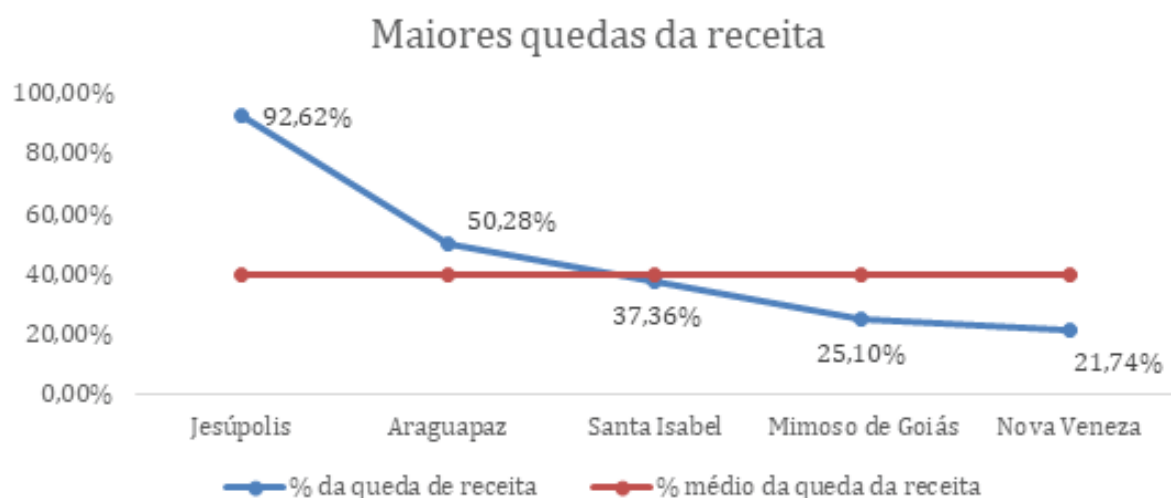


Por seu turno, os municípios que reportaram queda no recebimento dessa receita apresentaram os seguintes resultados:

Tabela 17 – Municípios com maior queda percentual das receitas transferidas pela União para atendimento das políticas públicas de saúde em 2020

Município	% da queda de receita	% médio da queda da receita
Jesúpolis	92,62%	40,09%
Araguapaz	50,28%	40,09%
Santa Isabel	37,36%	40,09%
Mimoso de Goiás	25,10%	40,09%
Nova Veneza	21,74%	40,09%

Gráfico 22 – Maiores quedas da receita da saúde repassada pela União via SUS



## 4 – CONCLUSÃO

A exposição do mundo a um novo patógeno, desconhecido e potencialmente fatal, implicou a adoção, pelos gestores públicos, de uma série de medidas sanitárias e de isolamento social, com grave impacto na economia.

Tais ações afetaram de forma direta a atividade tributária e o núcleo das principais fontes de receitas dos municípios, reduzindo a renda individual e restringindo o comércio de produtos e o fornecimento de serviços. Evidentemente, ao atacar a base de cálculo para a apuração dos impostos que mantêm a atividade administrativa municipal, a situação infligida pela COVID-19 tem demandado a constante adaptação a uma dura realidade de escassez de recursos públicos de origem tributária.

A atipicidade com que o exercício de 2020 tem se desenvolvido impõe a necessidade de se realizar o acompanhamento tempestivo dessas receitas, promovendo transparência aos atos praticados pelos gestores responsáveis em âmbito municipal. A atuação deste Tribunal de Contas, assim, visa cumprir sua missão constitucional, permitindo que cada cidadão possa exercer o controle social sobre os recursos obtidos por meio da contribuição coletiva, e destinados à manutenção das políticas públicas conduzidas pelo ente.

Como resultado do estudo das receitas auferidas pelos municípios no período de janeiro a maio de 2020, conforme informação prestada pelos jurisdicionados que compõem a amostra avaliada, em relação ao registro do mesmo período em 2019, destacam-se:

- 1 - aumento da receita total realizada informada para a maioria (78%) dos municípios que compõem a amostra;
- 2 - as transferências constitucionais devidas pela União representaram a principal fonte de arrecadação, no período analisado, para a maioria (64%) dos municípios que compõem a amostra;
- 3 - apenas Goiânia informou que a receita de impostos de arrecadação municipal constituiu a principal origem de suas receitas no período;
- 4 - queda na receita total de Impostos de Arrecadação Municipal para a metade (50%) dos municípios que compõem a amostra;
- 5 - queda na arrecadação total das transferências constitucionais devidas pelo estado de Goiás para a maioria (68%) dos municípios que compõem a amostra;
- 6 - queda na arrecadação total das transferências constitucionais devidas pela União para grande parte (95%) dos municípios da amostra, no período analisado;
- 7 - queda no somatório da receita de impostos de arrecadação municipal e de transferências constitucionais para a maioria (74%) dos municípios que compõem a amostra;
- 8 - a redução da receita de impostos de arrecadação municipal e de transferências constitucionais, acumulada pela amostra no período analisado, foi na ordem de R\$187.258.331,97;
- 9 - aumento da receita destinada às ações e serviços de saúde, arrecadada em razão das transferências



da União, por meio do SUS, para quase a totalidade da amostra (97%); esses municípios passaram a registrar, em média, o dobro do valor inscrito no mesmo período durante o exercício de 2019;

10 - o aumento da receita destinada às ações e serviços de saúde, transferida pelo União e acumulada pela amostra, foi de R\$389.449.743,15.

Por fim, vale registrar que os dados aqui expostos se sujeitam às alterações decorrentes do reenvio motivado do Movimento Contábil Mensal da Execução Orçamentária e Financeira, nos termos do art. 11 da IN nº 009/15-TCMGO, e devem ser interpretados em conjunto com outras informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais.

Luana Cristina Assunção Miranda Oliveira  
Auditora de Controle Externo

Célio Roberto de Almeida  
Secretário de Controle Externo

# Apêndices - Arquivos em Anexo

Excel spreadsheet titled 'Tribunal de Contas - Seleção da amostra'. The table lists various municipalities and their corresponding sample selection status.

Município	Seleção da amostra
1. Aracaju	Sim
2. Aracaju	Sim
3. Aracaju	Sim
4. Aracaju	Sim
5. Aracaju	Sim
6. Aracaju	Sim
7. Aracaju	Sim
8. Aracaju	Sim
9. Aracaju	Sim
10. Aracaju	Sim
11. Aracaju	Sim
12. Aracaju	Sim
13. Aracaju	Sim
14. Aracaju	Sim
15. Aracaju	Sim
16. Aracaju	Sim
17. Aracaju	Sim
18. Aracaju	Sim
19. Aracaju	Sim
20. Aracaju	Sim
21. Aracaju	Sim
22. Aracaju	Sim
23. Aracaju	Sim
24. Aracaju	Sim
25. Aracaju	Sim
26. Aracaju	Sim
27. Aracaju	Sim
28. Aracaju	Sim
29. Aracaju	Sim
30. Aracaju	Sim

APÊNDICE I  
Seleção da amostra

**ACESSAR**

Excel spreadsheet titled 'Tribunal de Contas - Total da receita'. The table displays financial data for various municipalities, including revenue and expenses.

Município	Receita	Despesa	Saldo
1. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
2. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
3. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
4. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
5. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
6. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
7. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
8. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
9. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
10. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
11. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
12. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
13. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
14. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
15. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
16. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
17. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
18. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
19. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
20. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
21. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
22. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
23. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
24. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
25. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
26. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
27. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
28. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
29. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
30. Aracaju	1000000000	800000000	200000000

APÊNDICE II  
Total da receita

**ACESSAR**

Excel spreadsheet titled 'Tribunal de Contas - Composição da receita de 2020'. The table shows the breakdown of revenue for 2020 by municipality.

Município	Receita	Despesa	Saldo
1. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
2. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
3. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
4. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
5. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
6. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
7. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
8. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
9. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
10. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
11. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
12. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
13. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
14. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
15. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
16. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
17. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
18. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
19. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
20. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
21. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
22. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
23. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
24. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
25. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
26. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
27. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
28. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
29. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
30. Aracaju	1000000000	800000000	200000000

APÊNDICE III  
Composição da receita de 2020

**ACESSAR**

Excel spreadsheet titled 'Tribunal de Contas - Receitas de impostos diretamente arrecadados pelos municípios'. The table details tax revenue collected by municipalities.

Município	Receita	Despesa	Saldo
1. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
2. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
3. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
4. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
5. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
6. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
7. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
8. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
9. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
10. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
11. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
12. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
13. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
14. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
15. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
16. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
17. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
18. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
19. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
20. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
21. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
22. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
23. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
24. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
25. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
26. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
27. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
28. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
29. Aracaju	1000000000	800000000	200000000
30. Aracaju	1000000000	800000000	200000000

APÊNDICE IV  
Receitas de impostos diretamente arrecadados pelos municípios

**ACESSAR**



**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Apêndice V - Transferências Constitucionais - estado de Goiás

Município	Receita de 2020				Receita de 2019				Amoroso de amortização	Redução da amortização	% aumento da amortização
	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)			
8 - Água Fria de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%
9 - Água Limpa	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	50,00%	0,00%
10 - Água Verde de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%

### APÊNDICE V Transferências Constitucionais - Estado de Goiás

**ACESSAR**

**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Apêndice VI - Transferências Constitucionais - União

Município	Receita de 2020				Receita de 2019				Amoroso de amortização	Redução da amortização	% aumento da amortização
	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)			
8 - Água Fria de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%
9 - Água Limpa	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	50,00%	0,00%
10 - Água Verde de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%

### APÊNDICE VI Transferências Constitucionais - União

**ACESSAR**

**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Apêndice VII - Recursos de União

Município	Receita de 2020				Receita de 2019				Amoroso de amortização	Redução da amortização	% aumento da amortização
	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)			
8 - Água Fria de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%
9 - Água Limpa	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	50,00%	0,00%
10 - Água Verde de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%

### APÊNDICE VII Total da receita tributária de Impostos arrecadados diretamente pelo município e Transferências Constitucionais

**ACESSAR**

**TRIBUNAL DE CONTAS**  
Apêndice VIII - Recursos de União

Município	Receita de 2020				Receita de 2019				Amoroso de amortização	Redução da amortização	% aumento da amortização
	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)	FPM	Outras	Total	em % (FPM/Total)			
8 - Água Fria de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%
9 - Água Limpa	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00	50,00%	1.000.000,00	50,00%	0,00%
10 - Água Verde de Goiás	3.000.000,00	1.000.000,00	4.000.000,00	75,00%	2.800.000,00	1.200.000,00	4.000.000,00	70,00%	2.800.000,00	50,00%	50,00%

### APÊNDICE VIII Recursos da Saúde (Repasse fundo a fundo - União)

**ACESSAR**



**TRIBUNAL  
DE CONTAS**  
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE GOIÁS

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás**

Fone: (62) 3216 6160 | Ouvidoria: 0800 646 6160

[www.tcmgo.tc.br](http://www.tcmgo.tc.br)